

Geografia do poder: círculos intelectuais, natureza e historiografia na República paraense –século XX.

Tarcísio Cardoso Moraes *

Em novembro de 1922, morria em Uppsala, na Suécia, o cientista político Johan Rudolf Kjellén (1864-1922). A fama deste intelectual já havia corrido o mundo, especialmente por ter cunhado, em 1899, o conceito de *geopolítica*. Intelectuais paraenses, estudiosos da geografia amazônica, como Ignácio Moura, João de Palma Muniz e Henrique Santa Rosa eram ávidos leitores dessa tradição da geografia oitocentista. Circulava no Pará, os trabalhos de Friedrich Ratzel (1844-1904) e autores mais antigos como Friedrich Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859), nomes então apontados como os pioneiros nos da geopolítica alemã, que mais tarde seria retomada por Karl Haushofer (1869-1946). Importante notar que tanto a geografia como a ciência política que se praticava então na Alemanha e na Suécia voltavam-se para a leitura do Estado como agente político fundamental na definição do espaço, do território e dos recursos naturais de uma nação. Em outras palavras, é possível afirmar que a geopolítica se consolidou, nas primeiras décadas do século XX, como o estudo da estratégia, da manipulação, da ação dos chamados Estados Nacionais. Autores, como Haushofer, assim como seu aluno Rudolf Hess (1894-1987), influenciaram objetivamente o desenvolvimento das estratégias expansionistas de homens de governo como Adolf Hitler. O sentido era claro: a geopolítica estudaria a relação intrínseca entre a geografia e o poder, construindo métodos de análise, manipulando os conhecimentos da geografia física e humana para orientar a ação política do Estado (Murphy, 1997; Padfield, 2001).

Nas décadas de 1910 e 1920, um jovem engenheiro paraense levará a frente o interesse de escrever sobre a geografia política de seu estado, como parte de um exercício de compreensão da construção da identidade da região amazônica, a partir da ótica do poder do Estado-Nação. Seu nome era Henrique Américo Santa Rosa, descendente de uma linhagem que se tornara influente na arena política e intelectual da cidade. Filho do médico e político Américo Marques Santa Rosa (1833-1899), o rapaz viveu um ambiente familiar de orientação republicana e aos vinte anos de idade se

* Mestre em História Social da Amazônia. Professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará.

formou em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Lá, junto com a orientação técnica, recebeu instrução polivalente. Alguns anos mais tarde, se transformaria no mais importante geógrafo paraense da primeira metade do século XX, e o primeiro historiador da natureza local.

O imperativo da civilização e modernidade impunha contornos bem claros à forma como os engenheiros vislumbravam o tempo pretérito, o espaço e o devir da Amazônia. Em 1890, Santa Rosa assumia a diretoria geral da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Pará, uma das principais e mais importantes secretarias da época, onde ficaria a frente por vinte e dois anos seguidos, oito governos diferentes, de 1890 até 1912. Foi uma espécie de oligarca da burocracia de estado. Um ano antes, na administração de seu confrade republicano, José Paes de Carvalho, em parceria com o fotógrafo italiano Filippo Augusto Fidanza¹, escrevia um álbum ricamente ilustrado demonstrativo das ações do governo, com um resumo da história do Pará, orientado à guisa de divulgar na Europa nossa civilização e progresso². Em 1900, ao lado de Ignácio Moura, Palma Muniz e Domingos Antonio Raiol, entre outros, ajudaria a fundar o *Instituto Histórico Geográfico e Etnológico do Pará*. Militante de renome no cenário político paraense, dois anos antes, em 1886, com Gentil Bittencourt, Lauro Sodré e Paes de Carvalho (1850-1943), havia já fundado o *Club Republicano do Pará*, órgão oficial da propaganda republicana na região. Misturando o estudo da história, da geografia e da etnologia aos seus parâmetros políticos, em 1914, Henrique Santa Rosa retorna o Rio de Janeiro, agora a fim de representar o Pará no *I Congresso de História Nacional*. Em meio aos principais historiadores da época, Santa Rosa apresentou o trabalho *A depressão amazônica e os seus exploradores*, um ensaio de geografia histórica que reunia análises topográficas a partir da memória dos viajantes que ao longo de séculos passaram pela região amazônica³. Lucia Maria Pachol Guimarães mostrou que estudos dessa natureza eram novidade tanto no Brasil como na Europa da virada do XIX.

¹ Fidanza chegou a Belém junto com a comitiva de D. Pedro II, onde posteriormente se estabeleceu e se tornou um dos maiores nomes da fotografia paraense. Fotografou a cidade de Belém durante cerca de 40 anos; deixou um rico registro das transformações urbanas por que a cidade passou no final do século XIX. Cf.

² *Álbum do Pará em 1899 na administração do Governo de Sua Excelência o Sr. Dr. José de Paes de Carvalho*. Belém: Imprensa Oficial, 1890.

³ Henrique Santa Rosa, *A depressão amazônica e os seus exploradores*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional, t. II, p. 271-344.

Antenado aos debates historiográficos internacionais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro instituiu para esse evento uma linha de pesquisa, destinada à apresentação de trabalhos, que se intitulava *História das explorações Geográficas*⁴.

Cartilha cientificista, paladino da pátria. Em 1915, novamente se junta aos confrades Ignácio Moura e Palma Muniz para recontar, sob a ótica republicana, os três séculos história de Belém. Vale lembrar outra vez, que mais do que celebrar a velha história da capital paraense, estava em jogo novamente um projeto de construção da identidade nacional. Ainda sobre ecos do tricentenário, em 1916, abordando a temática religiosa, revisita o tema do processo civilizatório indígena no texto *Tricentenário de Belém: a infância de Padre Antônio Vieira*⁵, a fim de provar que desde muito cedo a região contou com homens de valor que contribuíram para progresso e adiantamento da região. No ano seguinte, “retoma” o projeto de 1900, agora sobre vestimenta republicana, e refunda o natimorto *Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, em 1917. Ao longo de décadas os *engenheiros-historiadores* foram parceiros em várias empreitadas, e em 1919, visando sistematizar os estudos cartográficos, os trabalhos de levantamento geográfico e demarcação de fronteiras, além de guardar a memória da engenharia paraense, criam o *Club de engenharia do Pará*.

O projeto política pensado para Amazônia passava pelo tema da integridade territorial, uma das prioridades de sua administração na Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação; daí o lugar de destaque que, ao lado de Palma Muniz, chefe da repartição de Obras Públicas, assumiu na querela dos limites entre Pará e Amazonas⁶. Visando esclarecer e argumentar sobre a visão paraense sobre o assunto, o engenheiro veicula sua interpretação na imprensa local⁷. A questão perdurou anos, se acirrado inclusive em conflito armado. Os jornais paraenses noticiavam em veemente protesto, explicando que é “*profundamente censurável a atitude hostil e criminosa do governo do Amazonas nesta pendência de limites com o Pará, estabelecendo lamentavelmente a*

⁴ Maria Lúcia Guimarães Paschoal, *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 147-170

⁵ Henrique Santa Rosa, *Tricentenário de Belém: a infância do Padre Antonio Vieira*. Folha do Norte, 15 de fevereiro de 1916.

⁶ *Limites do Amazonas e Pará*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1937.

⁷ *Os nossos limites com o Amazonas: opinião do Eng. Henrique Santa Rosa*, Folha do Norte, 30 de abril de 1916.

*lutar armada entre os povos, que os elos geográficos, os elos morais, os elos comuns, enfim, de todos os interesses sociais, comerciais e políticos não permitem”*⁸.

Em outubro desse mesmo ano, Santa Rosa assume a organização do comitê de recepção a Lauro Sodré, companheiro de Club Republicano, que voltava à terra natal para se tornar Governador. Durante todas as primeiras décadas do século XX os limites estaduais e municipais chamou atenção dos engenheiros, em especialmente a de Santa Rosa e Palma Muniz⁹, tanto que estiveram entre os principais autores de mapas e cartas geográficas sobre o Estado do Pará e seus municípios¹⁰. Em 1922, substitui o velho amigo Ignácio Moura na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do qual posteriormente se junta a Lauro Sodré, tornado-se o segundo presidente de honra da instituição. Neste mesmo ano escreve a respeito da participação paraense na exposição realizada em comemoração ao primeiro centenário da Independência do Brasil, efeméride muito noticiada nos jornais paraenses, e da qual participou diretamente da celebração local¹¹. Fechando o segundo ano de sua administração no Instituto Histórico, faz um balanço de sua gestão¹². Em 1926, profere conferência onde exalta as maravilhas e as riquezas da Amazônia¹³; e apresenta a tese *História do Rio Amazonas* no Congresso Internacional de História da América, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; o evento tinha sido já discutido no *Primeiro*

⁸ *A situação no tapajós*. Folha do Norte, 11 de abril de 1916; e *A situação no Tapajós: a questão de limites entre Pará e Amazonas se agrava num breve conflito armado*, Folha do Norte, 9 de abril de 1916.

⁹ De Palma Muniz é possível consultar as seguintes obras, já acima listadas: *Documentos para história dos municípios do Pará*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Nº 7, Pará, 1932; *Dados para a História dos Limites Paraenses*, Idem, Nº 2, Pará, 1918. Relatório do trabalho dos delegados paraenses no Congresso de Acordo de Limites Interestaduais do Rio de Janeiro e no VI Congresso de Geografia em Belo Horizonte em 1919. Pará, 1919; *Limites Municipais do Estado do Pará* (Baião, Bragança, Breves, Cametá e Chaves). Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará. Tomo VIII. Tipografia do Instituto Lauro Sodré. Belém, 1913, pp. 247-319; *Mapa do Estado do Pará, com delimitação municipal*. Pará, 1912; *Patrimônio dos conselhos Municipais do Estado do Pará*. Paris, 1904.

¹⁰ *O estado do Pará: mapa com delimitação municipal 1918*. Pará: Instituto Histórico e Geográfico, 1918; *Limites do Amazonas e Pará*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1937..

¹¹ *O Pará na exposição, 7 de setembro de 1922*. 1922.

¹² *Relatório do Instituto Histórico e Geográfico do Pará: lido na Assembléia Geral de 10 de março de 1924*. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.

¹³ *Pela Amazônia paraense, riquezas e maravilhas: conferencia do Dr. Henrique A. Santa Rosa, presidente do Instituto Histórico em 19 de setembro de 1924*. Para, Belém: Typ. Arruda, 1926.

Congresso de História Nacional, de 1914 ¹⁴. A tese de Santa Rosa é dividida em duas partes; na primeira delas o autor recapitula as teorias e pensamentos emitidos pelos geógrafos e naturalistas a respeito do Rio Amazonas e arredores, em suas características físicas; na segunda parte, trata da colonização da região por onde corre o rio.

Henrique Santa Rosa era conhecido como urbanista arrojado e tido “como o mais acatado de nossos engenheiros do norte” ¹⁵. Das várias obras iniciadas durante sua gestão, consta a construção do Instituto Gentil Bittencourt e a edificação do Instituto Lauro Sodré ¹⁶ – triste templo do ensino, prédio abandonado e mal conservado pelo poder público nos tempos em que abrigava a escola pública Lauro Sodré; atualmente é a imponente e suntuosa sede do Tribunal de Justiça do Pará, melhor para história e a para memória da cidade, que se mantém preservadas nesses lugares de memória; tanto pior para a educação pública, que perdeu o que poderia ser um belo templo do ensino, que essa geração tanto estimava; sinal dos tempos. A visão que os engenheiros-historiadores compartilhavam sobre a necessidade de melhoramento cultural do povo, alienado do ponto de vista cívico, se estende ao modo como viam o espaço, urbano e natural. Segundo o engenheiro, a pesar de seu adiamento Belém era ainda uma cidade que precisava ser melhorada, “nossa capital é daquelas que reclamam mais ativos cuidados para a adaptação de suas condições telúricas e hidrológicas às da salubridade da população” ¹⁷. Santa Rosa põem em curso de uma *Visão Futura*, onde as características naturais que constituem o espaço amazônico deveriam ser adaptadas e melhoradas a fim de tornar mais moderna a cidade de Belém, que, segundo ele, as únicas que a ela se comparavam eram Belo Horizonte e São Paulo. No território federal somente elas observam as novas orientações na criação de “bairros higiênicos e núcleos de construções econômicas, onde as comodidades de ar, espaço, luz, viação, água e esgotos, constituem condições previamente estabelecidas, correspondendo, pelo seu

¹⁴ Lucia Maria P. Guimarães, Op. cit.

¹⁵ João de Palma Muniz, *Dr. Renato Brasiliense Santa Rosa: engenheiro civil e geógrafo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, Ano XIII, vol. V, 1926, pp. 99-105.

¹⁶ O historiador paraense Ernesto Cruz (1898-1960) em seu longo inventário sobre as obras públicas do Estado do Pará menciona em 361 das 1004 páginas a obras iniciadas durante o período em que Henrique Santa Rosa esteve à frente da Secretaria de Obras Públicas, cf.: Cruz, Ernesto Horácio da. *As obras públicas do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1967.

¹⁷ Henrique Santa Rosa, *Visão Futura*. In: In: Ignácio Moura (org.), *Anuário de Belém*, pág. 12-14.

valor, às circunstâncias mais ou menos favorecidas das classes da população a que se destinam”. Neste ponto era bastante conclusivo: apesar de todo o progresso, o fato é que Belém não passava ainda de “uma cidade por fazer”; e que tanto quanto outras, padecia já dos grandes problemas de uma metrópole moderna, pois assim como “a capital federal, com suas vilas operárias em que se tem consumido centenas de contos”, a capital paraense mantinha também serviços públicos deficientes. Entre as precariedades da estrutura urbana, o que mais causava preocupação era a ameaça à salubridade da cidade, e nisso, ao lado dos médicos, os engenheiros eram os homens de frente. O discurso sobre patriotismo e nacionalismo não era algo abstrato; estava sempre colado ao papel dos governantes quanto à modernização das condições de vida, saúde e educação da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX vários intelectuais paraenses lançaram vista sobre a história e a geografia local como parte de um exercício de compreensão da construção da identidade amazônica, a partir da ótica do poder do Estado-Nação. Sob a história e a geografia, portanto, se alicerçou o projeto político dessa geração. Não por acaso estavam atentos às principais discussões e autores da época. Este artigo abriga reflexões bem pontuais. Nele busco analisar as conexões entre a obra do geógrafo francês Elisée Reclus (1830-1905) e os trabalhos do engenheiro Henrique Américo Santa Rosa (1860-1933), primeiro paraense historiador da natureza amazônica. Quando oportuno estenderei brevemente a análise a outros interlocutores, a fim de demonstrar que este foi um período especial de germinação e desenvolvimento do conhecimento histórico e geográfico. Além de Santa Rosa, Palma Muniz e Ignácio Moura, colegas de profissão, estiveram à frente dos principais debates no campo da história e da geografia. Tanto que por mais de uma década Ignácio Moura e Santa Rosa se alteraram a frente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, reinstalado em 1917¹⁸. Já Palma Muniz conservou-se na função de primeiro secretário como “operoso secretário, em estilo quase vitalício”¹⁹.

¹⁸ O Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi fundado em 1900 e logo em seguida encerrou as atividades. Posteriormente foi reinstalado em 1917. Para uma análise mais detalhada, ver MORAES, Tarcisio Cardoso. *A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia*. (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

¹⁹ REGO, Clovis de Moraes. No lançamento da obra “Adesão do Pará à independência e outros ensaios” de João de Palma Muniz. *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1981, tomo XII, pp. 333-341, p. 338.

Henrique Américo Santa Rosa era descendente de uma linhagem que se tornara influente na arena política e intelectual da cidade. Filho do médico e político Américo Marques Santa Rosa (1833-1899), o rapaz viveu um ambiente familiar de orientação republicana e aos vinte anos de idade se formou em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde, junto com a orientação técnica, recebeu instrução polivalente. Mais tarde também se transformaria no mais importante geógrafo paraense da primeira metade do século XX. Justamente a partir de seu interesse pela geografia amazônica é que o engenheiro toma contato com a obra de Elisée Reclus.

Em 1869, o geógrafo francês publica *L'histoire d'un ruisseau*, onde descreve a vida de um curso d'água, o acompanhado desde sua nascente até seu desaguar no mar. Entre descrições da paisagem e uma escrita poética, Reclus mistura ideias anarquistas a uma visão generosa e otimista da natureza e do homem, sonhando com um contínuo progresso moral e social. Esse foi um texto importante para Henrique Santa Rosa. Tanto que o engenheiro também se lança em curso semelhante, e também se põe à cata da história de um rio. Só que seu objeto é o rio Amazonas. Em 1922 o engenheiro novamente se veste de geógrafo e historiador e apresenta a tese *História do Rio Amazonas* no 1º Congresso Internacional de História da América, no Rio de Janeiro²⁰. As semelhanças não são fortuitas, tampouco se resumem ao título. Usando as palavras de Reclus, diz o engenheiro: este é o “rio por excelência, glória do nosso planeta”²¹.

Mas o projeto do nosso geógrafo-historiador já se encontra em potencial na obra *Nouvelle Géographie Universelle*²². Com o fim de compor o 19º volume desta obra de caráter enciclopédico foi que Reclus se deslocou ao Brasil. Cada um dos dezenove volumes aborda aspectos e regiões distintas. Bem ao gosto da tradição do século XIX, a

²⁰ Santa Rosa já vinha anteriormente trabalhando nesta de linha de pesquisa, especialmente a partir de 1914 quando defendeu a tese *A depressão Amazônica e seus exploradores* no 1º Congresso Nacional de História. Cf. SANTA ROSA, Henrique. A depressão amazônica e os seus exploradores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional), t. II, p. 271-344.

²¹ RÉCLUS, Élisée *apud* SANTA ROSA, Henrique. *História do Rio Amazonas*. Pará: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926, p. 103.

²² *Nouvelle Géographie Universelle* divide-se em onze capítulos: “Vista Geral, a Amazônia, os estados do Amazonas e do Pará”; “Vertente do Tocantins”; “Costa Equatorial e os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas”; “Bacias do Rio São Francisco e vertente oriental dos planaltos e os estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Espírito Santo”; “Bacia do Paraíba e o estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal”; “Vertente do Paraná e contravertente oceânica”; “Vertente do Uruguai e litoral adjacente do Estado de São Pedro do Rio Grande do Sul”; “o Mato Grosso”; “Estado social da sociedade brasileira e Governo e administração”.

intenção final do autor francês era compor um monumental tratado de geografia universal. Cerca de um ano depois de sua visita, o geógrafo lança, em 1894, na França, o 19º e último volume de sua obra. Seis anos mais tarde, a parte relativa ao Brasil sai publicada em português, sob o título “*Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, estatística*”²³. A tradução portuguesa ficou na conta do médico e filólogo Benjamim Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), que a atualizou com uma série de retificações em notas de pé de página. Diz ele: “(...) tendo traduzido esta excelente obra de Élisée Réclus, não nos julgamos autorizados a modificá-la em pontos substanciais, ainda que nem sempre concordássemos com a opinião do autor. As correções efetuadas assinalavam apenas lapsos de texto em relação a nomes próprios e datas”. A impressão final era de que obra “(...) prestará bons serviços e merece o favor do público brasileiro....”²⁴.

O tomo sobre o Brasil dedica uma seção sobre a Amazônia. Durante sua viagem pela região particularmente o rio Amazonas chamou sua atenção. Tanto que o fio condutor da análise de Reclus é o próprio curso descrito pelo rio, “o mais caudaloso (...) da América do Sul e do mundo, recebendo diferentes denominações entre a nascente e a foz”. Reclus tomou nota e teceu considerações sobre seus afluentes, sobre o fenômeno da pororoca e sobre a floresta amazônica, que lhe causara grande impacto pela sua dimensão e pelo seu aspecto cerrado: “a mata só era interrompida pelo curso dos rios e por um ou outro sítio cultivado, ocupa um espaço avaliado em cinco milhões de quilômetros quadrados – extensão igual a doze vezes a superfície da França”. Mas que ainda se matinha desabitada pelo homem civilizado, pois, segundo ele, “o colono ainda

²³ RÉCLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, estatística*; Tradução e breves notas de B. F. Ramiz Galvão e anotações sobre o Território contestado pelo barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

²⁴ GALVÃO, Ramiz, “Ao leitor”. In: RÉCLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, estatística*; Tradução e breves notas de B. F. Ramiz Galvão e anotações sobre o Território contestado pelo barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900. Ramiz Galvão foi sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi orador perpétuo; membro honorário da Academia Nacional de Medicina e de diversas Associações Científicas e Literárias. Foi também professor de grego no Colégio Pedro II e de química orgânica, zoologia e botânica na Escola de Medicina do Rio de Janeiro. De 1882 a 1889, foi preceptor dos príncipes imperiais, netos de D. Pedro II e filhos do Conde d’Eu e da Princesa Isabel. Dirigiu a Biblioteca Nacional e, por duas vezes, foi diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Foi também o primeiro reitor da Universidade do Brasil. Nos doze anos em que dirigiu a Biblioteca Nacional, organizou a exposição camonianiana de 1880 e a de História do Brasil, no ano seguinte, com os respectivos e preciosos catálogos. Também promoveu a publicação dos Anais daquela repartição (cf. Maurice Filho, Alfredo, *Ramiz Galvão: o Barão de Ramiz*. (S.l): INL, 1972, 348p. Obra disponível para consulta na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará)

não se arriscou a seguir as pegadas dos indígenas e das feras”. Interessante frisar que para Elisée Reclus seguir o caminho oferecido pela própria natureza era solução para a colonização da região. Esses caminhos naturais não eram outra coisa senão as águas, o curso dos afluentes do Amazonas:

(...) os viajantes que sobem o Amazonas não percebem senão uma muralha compacta de árvores, entrelaçadas de cipós, cobertas de uma massa verdejante continua, erguendo em forma de estacada, de ambos os lados do rio, suas hastes contíguas retas como juntos (...) Dos barcos que vogam no meio da corrente não se pode distinguir forma alguma definida neste paredão de verdura, para que se faça idéia da imensa variedade das arvores e dos arbustos ricos da seiva perpetua de natureza tropical, e mister penetrar num dos igarapés tortuosos que se ramificam entre as ilhotas dos mil arquipélagos semeados no Amazonas. Então tudo se vê de perto. (...) ²⁵

Até meados do século XX foi muito cultivada a percepção de que as grandes civilizações se forjaram ao largo das grandes rios, o Nilo, o Ganges e o Eufrates. A partir das incursões européias na América o Amazonas passa a figurar nesta seleta lista. Gostaria de reiterar que este campo de percepção era especialmente atraente e importante para a intelectualidade paraense dos anos de 1910 e 1920, interessados que estavam em forjar uma identidade e projetar um futuro positivo para região que se pretendia moderna e civilizada. Reclus e Santa Rosa reafirmam este campo de percepção. De trás para frente, Santa Rosa finaliza sua obra citando o explorador inglês James Orton (1830-1877): “o Amazonas para exceder em bem-aventurança o Ganges, o Eufrates e o Nilo, só lhe falta que sua nascente se achasse no Paraíso” ²⁶. Já aqui o leitor pode vislumbrar a matriz política e ideológica da pena do engenheiro polígrafo.

Tomando a veste de historiador da geografia paraense, Santa Rosa sai no encalço dos estudiosos que projetaram “intensa luz sobre a história do grande rio Amazonas” ²⁷. *A História do Rio Amazonas* é uma obra comemorativa ao centenário da independência do Brasil e é fruto da maturidade das reflexões do autor sobre o tema. Foi apresentada em formato de tese à 2ª subsecção do Primeiro Congresso Internacional de História da América, 1922. Segundo o parecer da comissão avaliadora, o geógrafo-historiador

²⁵ RECLUS, Elisée *apud* Luciene Carris Cardoso, Op. cit. p. 8.

²⁶ ORTON, James. *The Andes and the Amazon*. New York:Harper & Brothers, Publishers, 1870

²⁷ SANTA ROSA, Henrique. Op. cit., p. 195.

“relata o assunto com ampla informação”, com “método e erudição”²⁸. Ao final, “sua aprovação se impõe e aplausos são devidos ao ilustrado autor”²⁹.

De Reclus até Santa Rosa há um substancial aprofundamento no estudo da geografia física do Amazonas. A tese é dividida em duas partes, sendo que a primeira delas se apresenta como um ensaio de geografia física que aborda toda extensão territorial da região banhada pelo Rio Amazonas. Vale lembrar que os parâmetros historiográficos dessa geração viam no tema das origens uma questão fundamental a ser elucidada. Em outras palavras, cultivava-se um discurso historiográfico fundado numa progressão linear e evolutiva de causa e efeito³⁰. Mas há agora uma particularidade. Quando o objeto em questão é um rio, o engenheiro precisa pôr lentes de geólogo e sair à busca da origem geológicas da bacia amazônica. Para dar uma idéia do desafio que Santa Rosa toma para si, vale acompanhar brevemente o percurso que empreendeu. Nesse desafio prodigioso, “seria insensato”, confessa ele, “buscar novas hipóteses ou enveredar por vias diversas daquelas que têm aberto sábios investigadores, quando do resultado de suas pesquisas a luz tem irradiado, deixando a mostrar mistérios que não resistem à argúcia dos geólogos”³¹.

O esforço interpretativo do engenheiro certamente seria ainda maior e mais problemático se não fosse o auxílio que encontrou junto ao desenvolvimento do projeto do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Isso porque, depois de altos e baixos, sob a direção do zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917), a instituição ganhou nova cara. Goeldi assume a direção da casa em 9 de julho de 1893, e de imediato elabora a nova estrutura, procurando fazer do Museu uma instituição análoga às congêneres européias³². Nesse empreendimento, traz para cá uma série de naturalistas

²⁸ RUCH, Gastão; GARCIA, Rodolfo; BITTENCOURT, Feijó; FORTE, José Mattoso Maia, “Parecer”. In: SANTA ROSA, Henrique. *História do Rio Amazonas*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926, p. 3-4.

²⁹ Idem.

³⁰ Durante a segunda década do século XX a busca pelas origens históricas da fundação da cidade de Belém tornou-se o principal debate historiográfico da geração que pretendia celebrar o tricentenário da cidade mesmo sem saber ao certo o dia que em se deu a fundação. Para uma análise mais pormenorizada dessa matriz historiográfica, cf. MORAES, Tarcisio Cardoso. *A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia*. (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

³¹ SANTA ROSA, Henrique. op. cit., p. 8.

³² Para uma análise da criação do Museu Paraense de História Natural e Etnografia no contexto nacional

europeus. Entre eles podemos destacar sujeitos que posteriormente se sobressairiam nos estudos da região, entre eles botânico suíço Jacques Huber ³³; o alemão Godofredo Hagman, zoólogo; Adolpho Ducke, zoólogo e botânico; Joseph Schonnann, taxidermista; Curt Mimuendaju, etnólogo; Ernest Lonse, desenhista litógrafo, e Frederico Katzer, geólogo. Goeldi também organizou duas revistas, *Memória do Museu Paraense* e *Boletim do Museu Paraense*. Foi justamente no *Boletim do Museu Paraense* e, especialmente, nos geólogos Eduard Suess (1831-1914) e Frederico Katzer, que Santa Rosa encontra o fundamento geológico de que necessitava.

Eduard Suess foi um geólogo vienense especialista na geografia dos Alpes. Cunhou o termo biosfera e postulou a existência de duas das principais estruturas geográficas extintas da Terra, o supercontinente de Gondwana, proposto em 1861, e o mar de Tétis. Apoiado nele, Santa Rosa viaja no passado geológico cerca de 400 de milhões de anos, chegando à época devônica ³⁴, quando, segundo Suess, teria existido o grande Continente Atlântico, que uma vez rompendo-se em duas partes assimétricas, findou por dar origem aos continentes de Atlanta, mais ao Norte, e o de Gondwana, ao sul ³⁵. Esses eventos teriam “precedido os primitivos elementos, aos quais, outros viriam juntar-se, para a formação da bacia do grande rio, cuja história nos é dada perلustrar” ³⁶.

Já Katzer, foi chefe da secção mineralógica e geológica do Museu Paraense. É nele que Santa Rosa encontra a análise dos caracteres petrológicos dos depósitos litorais e das plantas observadas nas camadas terrestres da bacia amazônica. Segundo o engenheiro, partindo desses elementos é “possível a reconstrução dos prováveis contornos do continente atlântico” ³⁷. Seguindo esta trilha metodológica, Santa Rosa se

do discurso científico eivado de teorias raciológicas do século XIX, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Sobre as instituições científicas, ver especialmente o capítulo terceiro, Os museus etnográficos brasileiros: ‘polvo é povo, molusco também é gente’.

³³ Jacques Huber (1867-1914), botânico suíço, veio para o Museu Paraense em 1895 e organizou a seção de Botânica. Foi diretor do Museu Paraense de 1907 até a sua morte.

³⁴ Na escala de tempo geológico, o devoniano ou devônico é o período geológico da era paleozóica que se estendeu de 410 a 355 anos atrás. SUESS, Eduard, W. J. Sollas, and Hertha B. C. Sollas. *The Face of the Earth (Das Antlitz Der Erde)*. Oxford: Clarendon Press, 1904; *idem*, *The Future of Silver*. Washington : [s.n.], 1893.

³⁵ SUESS, Eduard, *Das Antlitz der Erde*, 1888. *apud*. KATZER, Frederic. *Boletim do Museu Paraense*, 1897, vol. II, p. 239 *apud* SANTA ROSA, Henrique. Op. cit., p. 7.

³⁶ SANTA ROSA, Henrique. op. cit., p. 7.

³⁷ *Idem*, p. 8.

vê obrigado a analisar a longa região que compreende a extensão do Rio Amazonas, desde sua nascente nos Andes. Neste ponto, o estudo é alicerçado nos trabalhos do geólogo norte-americano Benjamin Miller ³⁸, que foi chefe do departamento de geologia da Universidade de Lehigh; nos relatos de viagens do naturalista francês Francis de Castelnau (1810-1880), que entre 1843 a 1847 cruzou a América do Sul, do Peru ao Brasil, seguindo o Amazonas e os sistemas do Rio da Prata; nos estudos de Eugenio Hussak, geólogo da Comissão do Planalto Central ³⁹; e, por fim, nas observações de Elissé Reclus. O geógrafo francês acreditava que o que afinal caracterizava “os Andes entre outros grandes sistemas de montanhas são as numerosas bifurcações, ou melhor, os desdobramentos da cordilheira. Oitos vezes, da fronteira do Chile às venezuelanas, os Andes se dividem para formar grandes recintos, encerrando um platô entre duas ou mesmo três fileiras de picos ⁴⁰”.

Se a primeira parte se constitui num esforço de geografia física, como uma espécie de história geológica da planície amazônica, ou quem sabe uma história hidrográfica do Rio Amazonas, a segunda parte de *História do Rio Amazonas* traz um exame atento dos homens que passaram pela região, navegaram, estudaram e emitiram parecer sobre o Rio Amazonas. O itinerário analítico do historiador inicia pelo “descobrimento do novo mundo, por Cristovam Colombo” ⁴¹ e Martin Alonso Pinzon, “grande marinheiro, perito e entendido, que gozava do maior prestígio e influência com a gente do mar” ⁴².

Da origem geológica, até aos fatos e vultos “grandiosos” que marcaram a região banhada pelo Rio Amazonas, Santa Rosa busca reconstruir a expressão fisionômica numa ampla história do curso d’água, abordando o leito, as margens, a cabeceira, a foz, os habitantes e os viajantes e estudiosos. A cada página o autor revela tacitamente sua

³⁸ MILLER, Benjamin. *Geologia y mineria andinas*. Ingenieria Internacional, Julio, 1921.

³⁹ No ano de 1891, foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, liderada pelo astrônomo Luís Cruls e integrada por médicos, geólogos e botânicos, entre os quais Eugenio Hussak. Fizeram um levantamento sobre topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna e os recursos materiais da região do Planalto Central. A área ficou conhecida como Quadrilátero Cruls e foi apresentada em 1894 ao Governo Republicano. Esses estudos precederam a mudança da capital federal para o que veio a ser Brasília. HUSSAK, Eugenio, *Anexo V ao Relatório da Comissão do Planalto Central*, 1894.

⁴⁰ RECLUS, Elisé. *La Terre*. Paris, 1883. 1º vol, p. 190, *apud* SANTA ROSA, Henrique. op. cit., p. 20.

⁴¹ SANTA ROSA, Henrique. op. cit., p. 107.

⁴² Idem, p. 108.

proposta de desvendar a Amazônia em sua riqueza e exuberância, tão características e singulares. A singularidade da região, aos olhos do engenheiro, salta à luz como potencialidade inequívoca rumo à civilização e ao progresso. Envoltos nessa áurea, o “grande rio Amazonas” é tomado simbolicamente como signo-mor da riqueza e de potencialidade natural. Como símbolo maior da identidade regional. É no passado e no espaço natural, portanto, que essa geração finca as bases da identidade regional. Daí o nó cego entre história e geografia. É assim, segundo um verdadeiro balanço “historiográfico” do que foi produzindo em termos de conhecimento geográfico e científico da região, que Santa Rosa lança mão dos trabalhos de exploradores e cientistas, do passado e do presente.

Operando uma verdadeira revisão dos estudos cartográficos na Amazônia, o engenheiro prima pela atualização do saber sobre espaço geográfico. Neste ponto é necessário mencionar que o esforço dessa geração não foi fruto de diletantismo. Em 1890, Santa Rosa assume a diretoria geral da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Pará, uma das principais e mais importantes secretarias da época, onde ficaria a frente por vinte e dois anos seguidos, oito governos diferentes, de 1890 até 1912. Nesta secretaria, João de Palma Muniz assumiu a direção da repartição de Obras Públicas. Foi uma espécie de oligarca da burocracia de Estado.

Na condição de homens de Estado, comprometidos com a ação do poder público sobre a exploração e colonização da região, Henrique Santa Rosa e Palma Muniz juntos produziram um vasto rastreamento cartográfico do Estado do Pará. Não por acaso as incursões do Marechal Cândido Rondon (1865-1958) eram muito bem vistas e apreciadas em terras paraenses. Em 1916 e 1917, a imprensa local noticia de perto as atividades do Marechal Rondon. Tanto que, em 1917, se organiza uma grande recepção, seguida de um circuito de palestras, por ocasião da chegada de Rondon a Belém ⁴³. Segundo as palavras de Santa Rosa, “estão a se impor à geral consideração os trabalhos de Cândido Rondon e seus auxiliares, pondo em descoberto vertentes desconhecidas e corrigindo notáveis erros hidrográficos” ⁴⁴. O que está em pauta é a necessidade de conhecer, para intervir.

⁴³ Viajantes Ilustres, *Folha do Norte*, 10 de agosto de 1916; O belo livro de um grande homem: “Conferências”, de Cândido Rondon, *Folha do Norte*, 10 de agosto de 1917; Coronel Rondon: sua chegada a Belém, *Folha do Norte*, 6 de Outubro 1917.

⁴⁴ SANTA ROSA, Henrique, Op. cit., p. 190

Ao leitor fica minha tentativa de, primeiro, ter mostrado tacitamente que a historiografia e a história da geografia paraense não podem ser pensadas tal como nos acostumamos a pensar, ou seja, como campos distintos e devidamente dissociados. E em segundo lugar, de ter demonstrado que o movimento do qual participa a intelectualidade paraense possui marcas temporais latentes, segundo as quais a historiografia e a geografia local fazem parte de uma história mais ampla. Daí o diálogo intenso com sujeitos como Reclus, e outros nomes que se destacaram num contexto específico em que o pensamento geográfico passava por processo de sistematização, como Humboldt e Ritter, que mais tarde seriam retomados por Karl Haushofer (1869-1946), geopolítico alemão cujas ideias influenciaram o desenvolvimento de estratégias expansionistas de Adolf Hitler. Trata-se de um amplo movimento mundial lido e apropriado no Pará de forma muito própria. E não poderia deixar de ser de outra forma, já que o desafio aqui era pensar uma realidade local bem específica. Isso significava problemas bem próprios, pois pensar a Amazônia sob o signo da civilização significava enfrentar alguns estigmas, entre eles o de terra imatura, terra de índio. De terra desconhecida, que por isso, sofria da ausência do Estado civilizador. Figuras do Estado, Santa Rosa e Palma Muniz, entre outros, eram intelectuais orgânicos a serviço do discurso civilizatório. A matriz intelectual dessa geração se alicerçava numa noção bem próxima da concepção de geopolítica, concebida como o estudo da relação intrínseca entre a geografia e o poder, e destinada a orientar a ação política do Estado.

Referências bibliográficas

- ALVES, Isidoro Maria da S. Alves. “Modelo Politécnico, Produção de Saberes e a Formação do Campo Científico do Brasil”. In: M. A. Dantas, M. Paty & P. Petitjean (orgs). *A ciência nas relações Brasil-França*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CALLARI, Cláudia Regina, Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. v. 21 n.40. São Paulo, 2001.

- CARDOSO, Luciene Carris Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, pp. 80-96, jan./jun. 2005.
- _____. A visita de Élisée Réclus à sociedade de geografia do rio de janeiro. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, vol. 1, n. 1, 2006.
- CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 65-119, 1982.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; MORAES, Tarcísio Cardoso, *Geografias da arte: oligarquia, política e modernismo em Belém do Pará da República*. (no prelo).
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; MORAES, Tarcísio Cardoso. Ignácio Baptista de Moura, polígrafo, 1857-1929. *Estudos Amazônicos*, v. 2, p. 69-73, 2007.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; NUNES, Benedito. Luzes e sombras do iluminismo paraense. In: José Maia Bezerra Neto; Décio de Alencar Guzmán. (Org.). *Terra matura: historiografia & história social da Amazônia*. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, p. 19-28, 2002.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A memória modernista do tempo do Rei: narrativas das guerras napoleônicas e do Grão-Pará nos tempos do Brasil-Reino, 1908-1931. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 2, pp. 25-41, 2008.
- _____. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura, 1908-1929*. (tese de doutorado), Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2001.
- FONTES, Edilza Joana. O Paraíso chama-se Pará: o Álbum O Pará em 1900. In: NETO, José Maia Bezerra; GUZMAN, Décio Marco Antonio. (Org.). *Terra Matura: historiografia e história social da Amazônia*. 1 ed. Belém: Paka-tatu, v. 1, pp. 257-272, 2002.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto História e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 20, 1997.
- _____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*. Rio de Janeiro, nº 18, pp. 147-170, 2005.
- _____. Tradição e modernidade no estudo da história pátria: O I Congresso de História Nacional (Rio de Janeiro, 1914). In: *XIII Congreso Internacional de AHILA*, 2004

- _____. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o I Congresso Internacional de História da América (1922). In: *IX Congresso Latinoamericano de estudos sobre América Latina e Caribe*, Rio de Janeiro, 2004.
- HELPERICH, Gerard; SILVA, Adalgisa Campos da. *O cosmos de Humboldt Alexander von Humboldt e a viagem à América Latina que mudou a forma como vemos o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. “História Magistra Vitae – Sobre a dissolução dos topos na história moderna em movimento”. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, pp. 41-60, 2006.
- MORAES, Tarcisio Cardoso. *A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia*. (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.
- MOREIRA, Ruy. *O Pensamento Geográfico Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SANTIAGO, João Phelipe; SCARLATO, Francisco Capuano. *A questão nacional na geografia ratzeliana e sua assimilação no pensamento social brasileiro na república velha*, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. A Fração Bloomsbury. *Plural*. São Paulo, 6: 139-168, 1999.